

FLÁVIO TARTUCE

# DIREITO CIVIL

DIREITO DAS COISAS



**11.<sup>a</sup> edição**

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
Copyright © 2019 by  
**EDITORA FORENSE LTDA.**  
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896  
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 8.ª edição.
- Capa: Danilo Oliveira  
Foto: Oliver Sved/Shutterstock
- Data de fechamento: 27.11.2018

1021273

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

T198d  
Tartuce, Flávio

Direito Civil : direito das coisas – v. 4 / Flávio Tartuce. – 11. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-309-8357-4

1. Direitos reais – Brasil. 2. Propriedade – Brasil. I. Título. II. Série..

18-53723

CDU: 347.2(81)

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS COISAS .....</b>	<b>1</b>
1.1 Conceito de Direito das Coisas. A questão terminológica.....	1
1.2 Conceito de direitos reais. Teorias justificadoras e caracteres. Análise preliminar do art. 1.225 do CC .....	5
1.3 Diferenças entre os direitos reais e os direitos pessoais patrimoniais .....	16
1.4 O Direito das Coisas e a Constituição Federal. Primeiras noções a respeito da função social da propriedade .....	21
1.5 Resumo esquemático .....	27
1.6 Questões correlatas.....	28
Gabarito.....	30
<b>2. DA POSSE.....</b>	<b>31</b>
2.1 Conceito de posse e teorias justificadoras. A função social da posse. A detenção.....	31
2.2 Principais classificações da posse.....	42
2.2.1 Classificação quanto à relação pessoa-coisa ou quanto ao desdobramento .....	43
2.2.2 Classificação quanto à presença de vícios .....	44
2.2.3 Classificação quanto à boa-fé.....	49
2.2.4 Classificação quanto à presença de título.....	54
2.2.5 Classificação quanto ao tempo .....	55
2.2.6 Classificação quanto aos efeitos.....	56
2.3 Efeitos materiais da posse.....	57
2.3.1 A percepção dos frutos e suas consequências.....	57
2.3.2 A indenização e a retenção das benfeitorias .....	59

2.3.3	As responsabilidades.....	66
2.3.4	O direito à usucapião .....	68
2.4	Efeitos processuais da posse.....	69
2.4.1	A faculdade de invocar os interditos possessórios.....	70
2.4.2	A possibilidade de ingresso de outras ações possessórias.....	89
2.4.2.1	Da ação de nunciação de obra nova ou embargo de obra nova. A ausência do seu tratamento específico no Código de Processo Civil de 2015 .....	89
2.4.2.2	Da ação de dano infecto.....	92
2.4.2.3	Dos embargos de terceiro .....	93
2.4.2.4	Da ação de imissão de posse.....	97
2.4.2.5	Da ação publiciana.....	98
2.4.3	As faculdades da legítima defesa da posse e do desforço imediato.....	98
2.5	Formas de aquisição, transmissão e perda da posse .....	102
2.6	Composse ou compossessão .....	107
2.7	Resumo esquemático .....	109
2.8	Questões correlatas.....	111
	Gabarito.....	123
<b>3.</b>	<b>DA PROPRIEDADE.....</b>	<b>125</b>
3.1	Conceito de propriedade e de direito de propriedade. Direitos e faculdades dela decorrentes.....	125
3.2	Disposições preliminares relativas à propriedade constantes do Código Civil de 2002. Suas principais limitações. A função social da propriedade. Aprofundamentos necessários .....	142
3.3	Principais características do direito de propriedade.....	154
3.4	A desapropriação judicial privada por posse-trabalho e a função social da propriedade. Análise do caso da <i>Favela Pullman</i> (STJ). Semelhanças e diferenças.....	155
3.4.1	Estudo da desapropriação judicial privada por posse-trabalho (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º, do CC).....	155
3.4.2	As tentativas de orientação da desapropriação judicial privada por posse-trabalho, pelos Enunciados aprovados nas <i>Jornadas de Direito Civil</i> , do Conselho da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	158
3.4.3	O caso da <i>Favela Pullman</i> e a função social da propriedade .....	166
3.4.4	Semelhanças e diferenças entre a desapropriação judicial privada. Julgamento do caso da <i>Favela Pullman</i> e de casos relativos à desapropriação privada.....	172
3.5	Da propriedade resolúvel. O enquadramento da propriedade fiduciária. Primeira abordagem .....	179
3.6	Da propriedade aparente .....	182

3.7	Formas de aquisição da propriedade imóvel. Formas originárias e derivadas .....	184
3.7.1	Das acessões naturais e artificiais .....	185
3.7.1.1	Da formação de ilhas .....	186
3.7.1.2	Da aluvião .....	189
3.7.1.3	Da avulsão .....	191
3.7.1.4	Do álveo abandonado .....	192
3.7.1.5	Das plantações e das construções .....	193
3.7.2	Da usucapião de bens imóveis .....	201
3.7.2.1	Aspectos materiais envolvendo a usucapião de bens imóveis. As modalidades de usucapião de imóvel admitidas pelo direito brasileiro .....	201
3.7.2.1.1	Da usucapião ordinária (art. 1.242 do CC) ...	208
3.7.2.1.2	Da usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC) .....	211
3.7.2.1.3	Da usucapião constitucional, agrária ou especial rural – <i>pro labore</i> (art. 191, <i>caput</i> , da CF/1988, art. 1.239 do CC e Lei 6.969/1981) ...	212
3.7.2.1.4	Da usucapião constitucional ou especial urbana – <i>pro misero</i> (art. 183, <i>caput</i> , da CF/1988, art. 1.240 do CC e art. 9.º da Lei 10.257/2001). A inclusão da nova usucapião especial urbana por abandono do lar conjugal pela Lei 12.424/2011 (art. 1.240-A do CC) .....	216
3.7.2.1.5	Da usucapião especial urbana coletiva (art. 10 da Lei 10.257/2001) .....	222
3.7.2.1.6	Da usucapião especial indígena (art. 33 da Lei 6.001/1973) .....	225
3.7.2.1.7	Da usucapião imobiliária administrativa decorrente da legitimação da posse, anteriormente prevista no art. 60 da Lei 11.977/2009, e seu tratamento após a Lei 13.465/2017 (arts. 25 a 27) .....	226
3.7.2.2	Da usucapião de bens imóveis e o direito intertemporal ...	230
3.7.2.3	A usucapião de imóveis públicos .....	232
3.7.2.4	Aspectos processuais envolvendo a usucapião de bens imóveis. Da usucapião extrajudicial incluída pelo Código de Processo Civil de 2015. Análise com base nas alterações da Lei 13.465/2017 e na sua regulamentação administrativa pelo Conselho Nacional de Justiça .....	235
3.7.3	Do registro do título .....	256
3.7.4	Da sucessão hereditária de bens imóveis .....	259

3.8	Formas de aquisição da propriedade móvel. Formas originárias e derivadas .....	260
3.8.1	Da ocupação e do achado do tesouro (arts. 1.264 a 1.266 do CC). O estudo da descoberta (arts. 1.233 a 1.236 do CC) .....	260
3.8.2	Da usucapião de bens móveis (arts. 1.260 a 1.262 do CC). Aspectos materiais .....	265
3.8.3	Da especificação (arts. 1.269 a 1.271 do CC).....	268
3.8.4	Da confusão, da comistão e da adjunção (arts. 1.272 a 1.274 do CC).....	270
3.8.5	Da tradição.....	271
3.8.6	Da sucessão hereditária de bens móveis.....	275
3.9	Da perda da propriedade imóvel e móvel .....	275
3.10	Análise da Lei 13.465/2017 e suas principais repercussões para o direito de propriedade. A REURB e a legitimação fundiária.....	281
3.11	Resumo esquemático .....	290
3.12	Questões correlatas.....	292
	Gabarito.....	303
<b>4.</b>	<b>DIREITO DE VIZINHANÇA .....</b>	<b>305</b>
4.1	Conceito de direito de vizinhança.....	305
4.2	Do uso anormal da propriedade.....	308
4.3	Das árvores limítrofes .....	315
4.4	Da passagem forçada e da passagem de cabos e tubulações .....	317
4.5	Das águas .....	322
4.6	Dos limites entre prédios e do direito de tapagem.....	330
4.7	Do direito de construir .....	332
4.8	Resumo esquemático .....	341
4.9	Questões correlatas.....	342
	Gabarito.....	348
<b>5.</b>	<b>DO CONDOMÍNIO .....</b>	<b>349</b>
5.1	Introdução. Conceito, estrutura jurídica e modalidades.....	349
5.2	Do condomínio voluntário ou convencional.....	353
5.2.1	Dos direitos e deveres dos condôminos .....	353
5.2.2	Da administração do condomínio voluntário .....	360
5.2.3	Da extinção do condomínio voluntário ou convencional. O direito de preferência tratado pelo art. 504 do Código Civil .....	363
5.3	Do condomínio legal ou necessário.....	374

5.4	Do condomínio edilício.....	376
5.4.1	Conceito e estrutura interna. Regras gerais básicas. A questão da natureza jurídica do condomínio edilício.....	376
5.4.2	Da instituição e da convenção do condomínio. O controle do conteúdo da convenção condominial.....	386
5.4.3	Direitos e deveres dos condôminos. Estudo das penalidades no condomínio edilício. O condômino antissocial.....	398
5.4.4	Da administração do condomínio edilício.....	421
5.4.4.1	O síndico.....	421
5.4.4.2	As assembleias (ordinária e extraordinária). Quóruns e deliberações.....	425
5.4.4.3	O conselho fiscal.....	429
5.4.5	Da extinção do condomínio edilício.....	430
5.5	Novas modalidades de condomínios instituídas pela Lei 13.465/2017. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples.....	431
5.6	Resumo esquemático.....	438
5.7	Questões correlatas.....	438
	Gabarito.....	448
<b>6.</b>	<b>DOS DIREITOS REAIS DE GOZO OU FRUIÇÃO.....</b>	<b>449</b>
6.1	Generalidades sobre os direitos reais de gozo e fruição.....	449
6.2	Da superfície.....	451
6.2.1	Conceito, partes e estrutura. Código Civil de 2002 <i>versus</i> Estatuto da Cidade.....	451
6.2.2	Regras fundamentais a respeito do direito real de superfície.....	456
6.2.3	Da extinção do direito real de superfície e suas consequências....	461
6.3	Das servidões.....	464
6.3.1	Conceito, características, constituição e institutos afins.....	464
6.3.2	Principais classificações das servidões.....	473
6.3.3	Do exercício das servidões.....	476
6.3.4	Da extinção da servidão.....	484
6.4	Do usufruto.....	488
6.4.1	Conceito, partes, estrutura interna e figuras afins.....	488
6.4.2	Principais classificações do usufruto.....	492
6.4.2.1	Classificação quanto ao modo de instituição ou quanto à origem.....	492
6.4.2.2	Classificação quanto ao objeto que recai.....	496
6.4.2.3	Classificação quanto à extensão.....	496
6.4.2.4	Classificação quanto à duração.....	498

6.4.3	Regras fundamentais relativas ao usufruto. A questão da inalienabilidade do direito real.....	498
6.4.4	Dos direitos e deveres do usufrutuário .....	501
6.4.5	Da extinção do usufruto.....	508
6.5	Do uso.....	515
6.6	Da habitação.....	518
6.7	Das concessões especiais de uso e para fins de moradia. Direitos reais de gozo ou fruição introduzidos pela Lei 11.481/2007 no CC/2002.....	522
6.8	Do direito real de laje.....	527
6.9	Da enfiteuse. Breves palavras.....	539
6.10	Resumo esquemático .....	544
6.11	Questões correlatas.....	546
	Gabarito.....	553
<b>7.</b>	<b>DO DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO. O COMPROMISSO IRRETRATÁVEL DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS.....</b>	<b>555</b>
7.1	Primeiras palavras sobre o compromisso de compra e venda. Evolução histórica legislativa.....	555
7.2	Diferenças conceituais entre o compromisso de compra e venda registrado e não registrado na matrícula do imóvel.....	560
7.3	Requisitos de validade e fatores de eficácia do compromisso irretratável de compra e venda de imóvel .....	565
7.4	Inadimplemento das partes no compromisso irretratável de compra e venda de imóvel.....	568
7.4.1	Inadimplemento por parte do promitente vendedor.....	568
7.4.2	Inadimplemento por parte do promissário comprador.....	573
7.5	Questões controvertidas atuais sobre o compromisso irretratável de compra e venda. Interações entre os direitos reais e pessoais. A Súmula 308 do Superior Tribunal de Justiça e suas decorrências. O “contrato de gaveta”. Outras questões atuais relativas à <i>crise</i> do mercado imobiliário .....	583
7.6	Resumo esquemático .....	590
7.7	Questões correlatas.....	591
	Gabarito.....	596
<b>8.</b>	<b>DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA SOBRE COISA ALHEIA .....</b>	<b>597</b>
8.1	Teoria geral dos direitos reais de garantia sobre coisa alheia.....	597
8.1.1	Regras gerais e características dos direitos reais de garantia sobre coisa alheia.....	597
8.1.2	Dos requisitos subjetivos, objetivos e formais dos direitos reais de garantia .....	603



8.1.3	A vedação do pacto comissório real e a polêmica sobre o pacto marciano .....	612
8.1.4	Direitos reais de garantia e vencimento antecipado da dívida ....	617
8.2	Do penhor .....	621
8.2.1	Conceito, partes e constituição .....	621
8.2.2	Dos direitos e deveres do credor pignoratício .....	622
8.2.3	Das modalidades de penhor .....	631
8.2.3.1	Do penhor legal.....	632
8.2.3.2	Do penhor convencional especial rural .....	638
8.2.3.2.1	Regras gerais .....	638
8.2.3.2.2	Do penhor agrícola.....	648
8.2.3.2.3	Do penhor pecuário .....	650
8.2.3.3	Do penhor convencional especial industrial e mercantil...	651
8.2.3.4	Do penhor convencional especial de direitos e títulos de crédito.....	654
8.2.3.5	Do penhor convencional especial de veículos .....	661
8.2.4	Da extinção do penhor .....	664
8.3	Da hipoteca.....	668
8.3.1	Conceito, partes e constituição .....	668
8.3.2	Bens que podem ser hipotecados .....	673
8.3.3	Das modalidades de hipoteca .....	682
8.3.3.1	Da hipoteca convencional.....	682
8.3.3.2	Da hipoteca legal.....	682
8.3.3.3	Da hipoteca cedular.....	685
8.3.3.4	Da hipoteca judicial ou judiciária.....	686
8.3.4	Da possibilidade de alienação do bem hipotecado e suas consequências. Da sub-hipoteca .....	687
8.3.5	Da remição da hipoteca .....	692
8.3.6	Da perempção da hipoteca convencional .....	698
8.3.7	Da possibilidade de hipoteca sobre dívida futura ou condicional.....	700
8.3.8	Da divisão ou fracionamento da hipoteca.....	701
8.3.9	Da extinção da hipoteca .....	704
8.4	Da anticrese .....	708
8.4.1	Conceito, partes e estrutura .....	708
8.4.2	Regras fundamentais da anticrese .....	710
8.5	Resumo esquemático .....	712
8.6	Questões correlatas.....	714
	Gabarito.....	721

<b>9. A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA.....</b>	<b>723</b>
9.1 Introdução. A propriedade fiduciária. Conceito, evolução legislativa e natureza jurídica.....	723
9.2 Regras da propriedade fiduciária no Código Civil de 2002.....	729
9.3 A alienação fiduciária de bens móveis. Regras previstas no Decreto-lei 911/1969. A questão da prisão civil do devedor fiduciante.....	744
9.4 A alienação fiduciária em garantia de bens imóveis. Regras previstas na Lei 9.514/1997.....	767
9.5 Resumo esquemático .....	791
9.6 Questões correlatas.....	793
Gabarito.....	797
 <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	 <b>799</b>

FLÁVIO TARTUCE

# DIREITO CIVIL

DIREITO DAS SUCESSÕES

6



**11.<sup>a</sup> edição**

Revista, atualizada e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- A Editora Forense passou a publicar esta obra a partir da 9.ª edição.

- Capa: Danilo Oliveira

Foto: 123dartist/Shutterstock

- Fechamento desta edição: 08.11.2017

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

T198d

Tartuce, Flávio

Direito civil, v. 6: direito das sucessões / Flávio Tartuce – 11. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7794-8

1. Herança e sucessão – Brasil. 2. Partilha de bens – Brasil. 3. Inventário de bens – Brasil. I. Título. II. Série.

# SUMÁRIO

1.	<b>DIREITO DAS SUCESSÕES. CONCEITOS FUNDAMENTAIS E REGRAS GERAIS</b> .....	1
1.1	Introdução. O direito das sucessões e seus fundamentos. A função social das heranças.....	1
1.2	Das modalidades gerais de sucessão <i>mortis causa</i> e suas premissas básicas.....	9
1.3	Do momento da abertura da sucessão. Modalidades de morte civil. O <i>droit de saisine</i> e suas consequências.....	10
1.4	Do local da abertura da sucessão .....	25
1.5	A aplicação das normas sucessórias no tempo. Preceitos fundamentais de direito intertemporal sucessório .....	29
1.6	Das modalidades de herdeiros no Código Civil brasileiro de 2002 .....	32
1.7	Do conceito de herança. O espólio e a sua legitimidade processual .....	38
1.8	Da herança como bem imóvel e indivisível. A cessão de direitos hereditários .....	44
1.9	A responsabilidade dos herdeiros até as forças da herança. O art. 1.792 do Código Civil e a máxima <i>intra vires hereditatis</i> .....	52
1.10	Do prazo para abertura do inventário e para o seu encerramento. O administrador provisório do inventário .....	55
1.11	Da herança jacente e da herança vacante .....	60
1.12	Da vocação hereditária e os legitimados a suceder .....	68
1.13	Da aceitação e renúncia da herança .....	83
1.13.1	Conceitos básicos. A ideia de <i>delação sucessória</i> .....	83
1.13.2	Das regras específicas da aceitação ou adição da herança .....	84
1.13.3	Das regras específicas da renúncia à herança .....	87
1.13.4	Das regras comuns à aceitação e à renúncia à herança .....	96

1.14	Dos excluídos da sucessão. Indignidade sucessória e deserdação. Semelhanças e diferenças.....	100
1.14.1	Conceitos elementares .....	100
1.14.2	Das hipóteses legais de indignidade e de deserdação .....	102
1.14.3	Dos efeitos jurídicos da indignidade sucessória e da deserdação.....	111
1.15	Da ação de petição de herança.....	116
1.16	Resumo esquemático .....	129
1.17	Questões correlatas .....	132
	Gabarito.....	141
<b>2.</b>	<b>DA SUCESSÃO LEGÍTIMA.....</b>	<b>143</b>
2.1	Introdução. As relações de parentesco e a sucessão legítima.....	144
2.2	Panorama geral das inovações introduzidas pelo Código Civil de 2002 quanto à sucessão legítima. Primeiras anotações sobre a decisão do STF a respeito da inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil .....	153
2.3	Da ordem de vocação hereditária do art. 1.829 do Código Civil. A introdução da concorrência sucessória do cônjuge no sistema sucessório nacional. Análise crítica, com a inclusão do companheiro na norma, diante da decisão do STF, de maio de 2017 ( <i>Informativo</i> n. 864 da Corte).....	160
2.4	Da sucessão dos descendentes e a sua concorrência com o cônjuge e o companheiro. Análise das principais polêmicas. As controvérsias relativas à concorrência nos regimes da comunhão parcial e da separação de bens .....	167
2.5	Da reserva da quarta parte da herança para o cônjuge ou companheiro na concorrência com os descendentes. O problema da <i>concorrência híbrida</i> na sucessão do cônjuge ou companheiro com os descendentes .....	192
2.6	Da sucessão dos descendentes e do direito de representação .....	198
2.7	Da sucessão dos descendentes socioafetivos. Análise a partir da recente decisão do STF sobre o tema, em repercussão geral (Recurso Extraordinário 898.060/SC, julgado em 21 de setembro de 2016, publicado no seu <i>Informativo</i> n. 840) .....	203
2.8	Da sucessão dos ascendentes e a concorrência do cônjuge e do companheiro.....	216
2.9	Da sucessão do cônjuge ou companheiro, isoladamente. Do cônjuge e do convivente como herdeiros de terceira classe, após a decisão do STF, de maio de 2017 .....	220
2.10	Das condições para o cônjuge ou companheiro herdar isoladamente ou em concorrência. O polêmico art. 1.830 do Código Civil. A herança do cônjuge e o casamento putativo .....	221

2.11	Do direito real de habitação como direito sucessório do cônjuge .....	230
2.12	Da sucessão dos colaterais. Do direito de representação transversal ....	242
2.13	Da sucessão do companheiro e suas controvérsias. A inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal e suas consequências. As primeiras decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema .....	251
2.13.1	A sucessão do companheiro antes do Código Civil de 2002 .....	251
2.13.2	Do polêmico art. 1.790 do Código Civil. Visão geral até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. Os primeiros julgados sobre o tema, prolatados pelo Superior Tribunal de Justiça em 2017 .....	256
2.13.3	Da sucessão do companheiro quanto aos bens adquiridos a título gratuito não havendo outros herdeiros. O cerne da inconstitucionalidade. O problema da concorrência com o Estado .....	272
2.13.4	Da concorrência do companheiro com os descendentes na <i>sucessão híbrida</i> . As teorias anteriores existentes e sua superação .....	273
2.13.5	Da hipótese de concorrência sucessória entre o cônjuge e o companheiro .....	280
2.13.6	Do direito real de habitação do companheiro.....	283
2.13.7	Os direitos sucessórios do concubino e o problema das uniões estáveis plúrimas .....	291
2.13.8	Das teses anteriores de inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil. O <i>estado da arte</i> na doutrina e na jurisprudência brasileira até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal .....	308
2.14	Análise de casos sucessórios concretos. Aprofundamento das regras da sucessão legítima .....	331
2.15	Resumo esquemático .....	342
2.16	Questões correlatas.....	345
	Gabarito.....	358
<b>3.</b>	<b>DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA .....</b>	<b>359</b>
3.1	Do conceito de testamento e seu conteúdo. Das dificuldades práticas de sua elaboração no Brasil .....	359
3.2	Das principais características do testamento .....	368
3.3	Regras fundamentais a respeito do testamento no Código Civil de 2002 e a capacidade de testar. O prazo para invalidar o testamento. Hipóteses de invalidade testamentária .....	370
3.4	Das modalidades ou formas de testamento .....	381
3.4.1	Primeiras palavras.....	381

3.4.2	Dos testamentos ordinários ou comuns .....	385
3.4.2.1	Do testamento público .....	385
3.4.2.2	Do testamento cerrado .....	401
3.4.2.3	Do testamento particular .....	408
3.4.3	Dos testamentos especiais.....	415
3.4.3.1	Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico.....	415
3.4.3.2	Do testamento militar. O tratamento relativo ao testamento nuncupativo .....	419
3.4.4	Do denominado testamento vital ou biológico .....	423
3.5	Do codicilo .....	431
3.6	Das disposições testamentárias. Regras fundamentais a respeito da interpretação do testamento .....	436
3.7	Das cláusulas restritivas no testamento: inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade .....	450
3.8	Dos legados .....	470
3.8.1	Conceito e modalidades específicas .....	470
3.8.1.1	Do legado de coisa alheia.....	471
3.8.1.2	Do legado de coisa comum .....	473
3.8.1.3	Do legado de coisa genérica .....	474
3.8.1.4	Do legado de coisa singular .....	475
3.8.1.5	Do legado de coisa localizada .....	476
3.8.1.6	Do legado de crédito e de quitação de dívida .....	476
3.8.1.7	Do legado de alimentos .....	477
3.8.1.8	Do legado de usufruto .....	480
3.8.1.9	Do legado de imóvel .....	482
3.8.1.10	Do legado de dinheiro .....	484
3.8.1.11	Do legado alternativo .....	485
3.8.1.12	Do legado puro ou simples e o legado com elementos acidentais .....	486
3.8.2	Dos efeitos do legado e do seu pagamento .....	487
3.8.3	Da caducidade dos legados.....	492
3.8.4	Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários .....	499
3.9	Das substituições testamentárias .....	503
3.10	Da redução das disposições testamentárias .....	510
3.11	Da revogação do testamento .....	514
3.12	Do rompimento do testamento .....	516
3.13	Do testamenteiro .....	522



3.13.1	Conceito, natureza jurídica e modalidades .....	522
3.13.2	Principais atribuições e efeitos da testamentaria .....	525
3.14	Resumo esquemático .....	533
3.15	Questões correlatas.....	534
	Gabarito.....	542
<b>4.</b>	<b>DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA. VISÃO ATUALIZADA DIANTE DO NOVO CPC.....</b>	<b>543</b>
4.1	Do inventário. Conceito e procedimentos .....	543
4.2	Das espécies de inventário e seus procedimentos.....	551
4.2.1	Inventário judicial.....	551
4.2.1.1	Inventário judicial pelo rito ou procedimento tradicional (inventário comum).....	551
4.2.1.2	Inventário judicial pelo rito ou procedimento sumário.....	581
4.2.1.3	Inventário judicial pelo rito ou procedimento do arrolamento comum .....	584
4.2.2	Inventário extrajudicial ou por via administrativa.....	588
4.3	Da pena de sonogados.....	595
4.4	Do pagamento das dívidas .....	600
4.5	Da colação ou conferência e redução das doações inoficiosas.....	605
4.5.1	Colação.....	605
4.5.2	Redução das doações inoficiosas .....	616
4.6	Da partilha.....	621
4.6.1	Partilha amigável ou extrajudicial .....	622
4.6.2	Partilha judicial .....	623
4.6.3	Partilha em vida .....	630
4.7	Da garantia dos quinhões hereditários. A responsabilidade pela evicção .....	632
4.8	Da anulação, da rescisão e da nulidade da partilha .....	635
4.9	Dos pedidos de alvarás em inventário.....	639
4.10	Resumo esquemático .....	641
4.11	Questões correlatas.....	642
	Gabarito.....	648
	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>649</b>